

**TERMO DE REFERÊNCIA****1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de plano de saúde com assistência à saúde e assistência odontológica, na modalidade de plano empresarial coletivo, destinados aos servidores do Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 14ª Região – CRECI/MS, com cobertura estadual, rede credenciada qualificada, plano de saúde sem coparticipação, e plano odontológico completo, conforme exigências, quantidades e especificações descritas neste Termo de Referência.

1.2. O objeto licitado é composto de 1 grupo com 2 (dois) itens, e o valor estimado total da contratação é de R\$481.568,64 (quatrocentos e oitenta e um mil e quinhentos e sessenta e oito reais e sessenta e quatro centavos), conforme tabela abaixo:

Grupo 1					
Item	Especificação	Unidade de medida	Quantidade Estimada (vida)	Preço Mensal	Preço Anual
1	<p>Plano de Saúde - Especificações mínimas do Plano de Saúde:</p> <p>O plano de assistência à saúde deverá ter abrangência regional, compreendendo a totalidade do território do Estado de Mato Grosso do Sul, com ampla rede credenciada nos principais municípios do estado (incluindo obrigatoriamente Campo Grande, Dourados, Três Lagoas).</p> <p>Deverá ser ofertado na modalidade sem coparticipação, garantindo ao beneficiário livre acesso a consultas, exames e procedimentos sem custo adicional no momento da utilização.</p> <p>A cobertura deverá ser integral e compatível com o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, compreendendo, no mínimo:</p>	Vidas	41	R\$38.633,16	R\$463.597,92





	<ul style="list-style-type: none">• Consultas médicas em todas as especialidades reconhecidas pelo CFM;• Exames laboratoriais e de imagem;• Internações hospitalares (clínicas, cirúrgicas e obstétricas);• Cirurgias eletivas e de urgência/emergência;• Atendimento ambulatorial e hospitalar 24h;• Atendimento de urgência e emergência em todo o território nacional;• Terapias (fisioterapia, psicoterapia, fonoaudiologia, entre outras);• Cobertura de doenças listadas pela OMS e tratamentos relacionados;• Acompanhamento pré-natal e partos;• Assistência em saúde mental;• Transplantes cobertos pela ANS;• Cobertura para recém-nascidos a partir do nascimento;• Atendimento por telemedicina, quando disponível.• O plano de saúde poderá ainda ofertar, como diferencial, a inclusão de procedimentos além do rol obrigatório, tais como: nutrição, quiropraxia, exames genéticos, sessões ilimitadas com psicólogos (a ANS cobre número limitado), acupuntura, entre outros, desde que previamente avaliados quanto à viabilidade orçamentária.				
2	Plano Odontológico - Especificações mínimas do Plano Odontológico: O plano de assistência odontológica deverá ter abrangência estadual (Mato Grosso do Sul), com rede credenciada suficiente e adequada à demanda dos servidores, preferencialmente com prestadores localizados em todas as regiões do Estado de Mato Grosso do Sul (incluindo obrigatoriamente Campo Grande, Dourados, Três Lagoas). A cobertura deverá incluir, no mínimo, todos os	Vidas	41	R\$1.497,56	R\$17.970,72





<p>procedimentos constantes no Rol de Procedimentos Odontológicos da ANS, com destaque para:</p> <ul style="list-style-type: none">• Consultas e diagnósticos clínicos;• Urgência e emergência odontológica;• Limpezas, profilaxias e aplicação tópica de flúor;• Radiografias odontológicas (inclusive panorâmicas);• Tratamentos restauradores (resinas e amálgamas);• Tratamento de canal (endodontia);• Tratamentos periodontais (limpezas profundas, raspagens e alisamentos);• Cirurgias orais menores (exodontias simples e complexas);• Atendimento preventivo com foco em saúde bucal contínua;• Procedimentos de manutenção e acompanhamento periódico. <p>O plano odontológico poderá ainda ofertar, como diferencial, a inclusão de procedimentos além do rol obrigatório, tais como: ortodontia (avaliação e instalação de aparelho), próteses parciais ou totais, clareamento, entre outros, desde que previamente avaliados quanto à viabilidade orçamentária.</p>				
--	--	--	--	--

1.3. Demonstrativo por faixa etária:

Faixa etária	Quantidade de funcionários e dependentes
0-18	6
19-23	0
24-28	4
29-33	1
34-38	7
39-43	8
44-48	6
49-53	5
54-58	1
59 ou +	3
Total	41





1.4. A CONTRATADA executará os serviços a partir da assinatura do contrato e fará as seguintes reuniões a cada etapa:

1.4.1. Antes de iniciar a execução dos serviços, o(s) responsável(eis) técnicos da CONTRATADA deve(m) se reunir com os responsáveis da CONTRATANTE para apresentação do planejamento e troca de informações.

1.5. A licitação será formada por 1 grupo com 02 (dois) itens com o menor valor global, não cabendo o parcelamento, devendo o licitante oferecer a proposta de acordo com o Termo de Referência.

1.6. A quantidade de beneficiários (41 vidas) é uma estimativa, podendo ser alterada em razão de novas contratações e/ou desligamentos de empregados, bem como de seus dependentes, considerando também a livre opção de adesão do empregado

1.7. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, de natureza contínua, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar e não se enquadram na categoria de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

1.8. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no site do Compras Governamentais e as deste Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

1.9. O prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) anos, contados a partir da assinatura contrato, prorrogável na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

1.10. A prestação do serviço não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e o CRECI, vedando se qualquer relação entre esses, que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

1.11. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

2.1. A presente contratação tem por objeto a prestação de serviços continuados de plano de saúde com assistência à saúde e assistência odontológica, na modalidade de plano empresarial coletivo, destinados aos servidores do Conselho





Regional de Corretores de Imóveis da 14ª Região – CRECI/MS, com cobertura estadual, rede credenciada qualificada, plano de saúde sem coparticipação, e plano odontológico completo.

2.2. A contratação visa garantir a prestação de serviços especializados em atenção médica e odontológica, alinhada aos princípios da eficiência e da valorização do servidor público.

2.3. O plano de assistência à saúde deverá possuir abrangência regional, compreendendo a totalidade do território do Estado de Mato Grosso do Sul, com ampla rede credenciada, especialmente nos municípios-polo do estado, e deverá ser ofertado na modalidade sem coparticipação, garantindo ao servidor livre acesso aos serviços contratados sem cobrança adicional no momento da utilização.

2.4. O plano de assistência odontológica, igualmente coletivo e empresarial, deverá possuir cobertura regional e contemplar a integralidade dos procedimentos previstos no rol de Procedimentos e Eventos em Saúde Odontológica da ANS, com prioridade para ações preventivas e de manutenção da saúde bucal, além de ampla rede credenciada.

2.5. A contratação tem por objetivo assegurar a prestação de serviços especializados de saúde e odontologia, voltados à promoção do bem-estar físico e mental dos servidores, à prevenção de agravos e à melhoria contínua das condições de trabalho e qualidade de vida no âmbito do CRECI 14ª REGIÃO/MS.

2.6. Esta demanda fundamenta-se na Lei Federal 14.133/2021, que estabelece diretrizes gerais para licitações e contratos administrativos, visando assegurar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na gestão pública.

2.7. Sugere-se que a aquisição ocorra por meio de Pregão, de acordo com o art. 28º, I, da Lei nº 14.133/2021, para formalização de contrato administrativo.

2.8. O objeto da contratação está alinhado ao Plano Anual de Contratações e Proposta Orçamentária - Nº 006, aprovado em 31 de outubro de 2025, através do ATO Nº 011/2025 - 232ª Sessão Plenária – 6ª da Gestão 2025 / 2027.

Ordem	TIPO	Classificação	Descrição	PA	ATIVIDADE
12	Serviços	Continuado	Plano de Saúde para os Funcionários do CRECI/MS e seus Dependentes	P 006 - Pessoal	Serviço Terceirizado





3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO - (Art. 6º, XXIII, alínea “d” da NLLC)

4.1. A solução proposta é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de plano de saúde com assistência à saúde e assistência odontológica, na modalidade de plano empresarial coletivo, destinados aos servidores do Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 14ª Região – CRECI/MS, com cobertura estadual, rede credenciada qualificada, plano de saúde sem coparticipação, e plano odontológico completo.

4.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatícios entre os empregados da CONTRATADA e a Administração CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.3. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

4.4. Especificações mínimas do Plano de Saúde:

4.4.1. O plano de assistência à saúde deverá ter abrangência regional, compreendendo a totalidade do território do Estado de Mato Grosso do Sul, com ampla rede credenciada nos principais municípios do estado (incluindo obrigatoriamente Campo Grande, Dourados, Três Lagoas).

4.4.2. Deverá ser ofertado na modalidade sem coparticipação, garantindo ao beneficiário livre acesso a consultas, exames e procedimentos sem custo adicional no momento da utilização.

4.4.3. A cobertura deverá ser integral e compatível com o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, compreendendo, no mínimo:

- Consultas médicas em todas as especialidades reconhecidas pelo CFM;
- Exames laboratoriais e de imagem;
- Internações hospitalares (clínicas, cirúrgicas e obstétricas);
- Cirurgias eletivas e de urgência/emergência;
- Atendimento ambulatorial e hospitalar 24h;





- Atendimento de urgência e emergência em todo o território nacional;
- Terapias (fisioterapia, psicoterapia, fonoaudiologia, entre outras);
- Cobertura de doenças listadas pela OMS e tratamentos relacionados;
- Acompanhamento pré-natal e partos;
- Assistência em saúde mental;
- Transplantes cobertos pela ANS;
- Cobertura para recém-nascidos a partir do nascimento;
- Atendimento por telemedicina, quando disponível.
- O plano de saúde poderá ainda ofertar, como diferencial, a inclusão de procedimentos além do rol obrigatório, tais como: nutrição, quiropraxia, exames genéticos, sessões ilimitadas com psicólogos (a ANS cobre número limitado), acupuntura, entre outros, desde que previamente avaliados quanto à viabilidade orçamentária.

4.5. Especificações mínimas do Plano Odontológico:

4.5.1. O plano de assistência odontológica deverá ter abrangência estadual (Mato Grosso do Sul), com rede credenciada suficiente e adequada à demanda dos servidores, preferencialmente com prestadores localizados em todas as regiões do Estado de Mato Grosso do Sul, (incluindo obrigatoriamente Campo Grande, Dourados, Três Lagoas).

4.5.2. A cobertura deverá incluir, no mínimo, todos os procedimentos constantes no Rol de Procedimentos Odontológicos da ANS, com destaque para:

- Consultas e diagnósticos clínicos;
- Urgência e emergência odontológica;
- Limpezas, profilaxias e aplicação tópica de flúor;
- Radiografias odontológicas (inclusive panorâmicas);
- Tratamentos restauradores (resinas e amálgamas);
- Tratamento de canal (endodontia);
- Tratamentos periodontais (limpezas profundas, raspagens e alisamentos);
- Cirurgias orais menores (exodontias simples e complexas);
- Atendimento preventivo com foco em saúde bucal contínua;
- Procedimentos de manutenção e acompanhamento periódico.

4.5.3. O plano odontológico poderá ainda ofertar, como diferencial, a inclusão de procedimentos além do rol obrigatório, tais como: ortodontia (avaliação e instalação





de aparelho), próteses parciais ou totais, clareamento, entre outros, desde que previamente avaliados quanto à viabilidade orçamentária.

4.6. O plano deverá considerar as seguintes definições de usuários:

4.6.1. TITULAR: é o empregado do CRECI/MS (permanecem os titulares ativos já inscritos no contrato existente).

4.6.2. DEPENDENTE: podem ser:

- i. Cônjuge, sem eventual concorrência com o(a) companheiro(a);
- ii. Companheiro(a), havendo união estável sem eventual concorrência do cônjuge;
- iii. Filho(a) solteiro(a) com até 21 (vinte e um) anos de idade, ou 24 (vinte e quatro) anos de idade, desde que estejam cursando ensino superior/técnico;
- iv. Companheiro ou companheira na união homoafetiva, obedecidos aos mesmos critérios adotados para o reconhecimento da união estável;
- v. Menor sob a guarda judicial ou tutela;
- vi. Filho(a) do cônjuge, solteiro e com até 21 (vinte e um) anos de idade, ou 24 (vinte e quatro) anos de idade, desde que estejam cursando ensino superior/técnico;
- vii. Filhos incapazes sem limite de idade;
- viii. Os dependentes ativos já inscritos no contrato em vigor, independentemente dos critérios constantes dos subitens anteriores.

4.7. Quanto às carências, deve ser observado pela operadora:

- a) Não poderá haver carência aos titulares, bem como de seus dependentes que solicitarem inclusão ao plano em até 60 dias após a assinatura deste Contrato;
- b) Não poderá haver carência aos novos titulares e seus dependentes, que tiverem sua inclusão ao plano solicitada em até 30 dias após a sua contratação ou posse no CRECI/MS;
- c) Não poderá haver carência ao(à) filho(a) de titular que solicitar sua inclusão ao plano em até 30 (trinta) dias após o parto, ou adoção;
- d) Os casos não incluídos nos subitens anteriores estarão sujeitos às seguintes carências, para os respectivos procedimentos:

i) Urgência e Emergência: 24 (vinte e quatro) horas.

I. Emergência são os atendimentos definidos como aqueles que implicarem risco imediato de morte ou de lesões irreparáveis para o paciente, caracterizada em declaração do médico assistente.





II. Urgência são os atendimentos entendidos como resultantes de acidentes pessoais ou complicações no processo gestacional.

III. Decorridas 24 (vinte e quatro) horas de vigência do contrato ou adesão ao plano, será garantida a cobertura sem restrições para atendimentos médicos cobertos decorrentes de acidentes pessoais.

ii) Consultas médicas: 30 (trinta) dias.

iii) Análises clínicas, exames anatomopatológicos e citológicos (exceto necropsia), raios-X simples e contrastados, eletrocardiograma, eletroencefalograma, ultrassonografia: 30 (trinta) dias.

iv) Fisioterapias: 180 (cento oitenta) dias.

v) Consultas ou sessões com nutricionista, fonoaudiólogo, psicólogo e terapeuta ocupacional: 180 (cento e oitenta) dias.

vi) Demais coberturas (exceto parto a termo): 180 (cento e oitenta) dias.

vii) Parto a termo, assim definidos aqueles que ocorrerem a partir da 37ª semana de gravidez: 300 (trezentos) dias.

e) Os períodos de carência já cumpridos por beneficiário em outro plano de saúde deverão ser aproveitados para redução dos prazos descritos no subitem anterior, após análise da operadora quanto à compatibilidade de cobertura dos planos, de acordo com a RN 438/18 da ANS.

i) Sempre que houver negativa para aproveitamento de cobertura, a operadora deverá encaminhar justificativa por escrito ao CRECI/MS no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a decisão.

f) Além das hipóteses descritas nos subitens anteriores, não poderá existir qualquer outro tipo de carência, nem imposição de limitações quanto à idade. Também não poderá haver limites quantitativos ou qualitativos de internação hospitalar e/ou UTI.

4.8. O plano deverá atender às exigências da Lei n.º 9.656/98 e respectivas resoluções da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), bem como de cobertura assistencial mínima com as seguintes características:

a) Consultas médicas em número ilimitado, em todas as especialidades, diretamente nos consultórios dos médicos credenciados;

b) Consultas médicas de emergência (24 horas - 07 dias por semana), bem como cirurgias de pequeno porte, curativos, aplicação de injeções, inalações,





repouso para observações clínicas e serviços afins nos hospitais e pronto-socorro credenciados, conforme legislação e normatização vigentes;

c) Consultas e sessões com nutricionista, fonoaudiólogo e terapeuta ocupacional, e ainda consultas e sessões de psicoterapia, todas obedecendo ao mínimo regulamentado pela ANS, exceto na hipótese de prescrição médica, devidamente justificada, situação esta em que a operadora deverá prover a cobertura necessária.

d) Internamento hospitalar clínico e cirúrgico, bem como em centros e unidades de terapia intensiva e isolamento, sem limite de diárias; serviços de enfermagem, nutrição, fisioterapia, taxa de sala de cirurgia e/ou gesso, medicamentos, anestésicos, gases medicinais, transfusões, diálise e hemodiálise, e demais equipamentos e materiais utilizados durante o internamento.

e) Honorários médicos de cirurgião, clínico, anestesistas, instrumentadores e especialistas;

f) Atendimento obstétrico, incluindo analgesia do parto, e cobertura assistencial ao recém-nascido, durante os trinta dias após o parto;

g) Transtornos psiquiátricos e dependência química, bem como a internação hospitalar para estes tratamentos, seguindo a normatização da Resolução do CONSU n.º11/1998 e suas atualizações;

h) Tratamento de doenças infectocontagiosas, incluindo síndrome de imunodeficiência adquirida, sem limitação de diárias;

i) Todo e qualquer exame complementar e/ou auxiliar solicitado pelo médico, incluindo, dentre outros, exame de análise clínica, exames moleculares, anatomopatologia, cito patologia, ultrassonografia, tomografia computadorizada, ressonância magnética, eco cardiografia, cineangiocoronariográfica, cateterismo, holter, laparoscopia e videolaparoscopia, mamografia, endoscopia e broncoscopia e medicina nuclear;

j) Remoção de pacientes, quando necessário, visando a transferência de hospital. A transferência deverá ser efetuada por meio de ambulância ou UTI móvel, conforme a necessidade do paciente, a ser definida pelo médico responsável;

k) Medicamentos e sessões de quimioterapia e radioterapia, ambulatorial e hospitalar, sem limite do número de sessões;

l) Sessões de fisioterapia, conforme solicitação do médico, sem limite de quantidade.





m) Prótese e órtese relacionadas ao ato cirúrgico, bem como a sua manutenção, restauração e substituição;

n) Transplante de rim e córnea, conforme legislação vigente;

o) Procedimento do tipo *cross-linking* do colágeno da córnea.

4.9. No que se referem às acomodações, a operadora deve considerar:

i) Apartamento individual: com banheiro privativo e direito a um acompanhante, independentemente da idade do paciente;

ii) Enfermaria: conforme normas estabelecidas pela ANS, inclusive para acompanhantes de menores e idosos.

iii) O titular poderá optar pelo tipo de acomodação, enfermaria ou apartamento individual, podendo ainda contratara como dação diferente da sua para seus dependentes.

iv) Na hipótese do titular escolher um tipo acomodação diferente do seu para os dependentes, poderá alterá-lo para um padrão superior, desde que assim permaneça por um período não inferior a 12 (doze) meses.

4.10. A operadora deverá garantir o atendimento aos beneficiários de acordo com os prazos máximos estipulados na RN259/2011, RN 395/16 e RN 424/17 da ANS, devendo:

a) Priorizar o atendimento dos casos onde houver risco à saúde do beneficiário, inclusive apresentando alternativas de solução à situação apresentada.

b) Em caso de necessidade de realização de perícia ou auditoria sobre procedimentos médicos-clínico-hospitalares, nos termos da RN 259/2011, sempre que o resultado for pela negativa de cobertura, a operadora deverá encaminhar justificativa por escrito ao CRECI/MS no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4.11. Por ocasião da inclusão no plano, a operadora deverá fornecer, no mínimo:

a) Cartão de identificação (magnético ou com microprocessador) em meio físico ou virtual, contendo impresso a denominação do CRECI/MS e o nome do respectivo beneficiário. Os cartões deverão ser enviados ao CRECI/MS, que por sua vez os encaminhará aos beneficiários, bem como acesso ao cartão virtual do beneficiário e dependentes e demais serviços no Aplicativo. A dispensa da emissão do cartão de identificação magnético só poderá ocorrer mediante autorização do CRECI/MS.

b) Orientação sobre o funcionamento do Plano de Saúde aos beneficiários titulares do Plano, por meio remoto ou equivalente, com o intuito de demonstrar as





peculiaridades operacionais da operadora, prestando esclarecimentos gerais e respondendo aos questionamentos do público;

c) Manual de orientação para a correta utilização do plano e relação atualizada contendo a rede credenciada, ambos por meio eletrônico e acessível por internet e Aplicativo;

d) Acesso eletrônico ou por meio do Portal do CRECI/MS ao relatório demonstrativo de todos os serviços que tenha utilizado, incluindo, separadamente, os seus dependentes.

4.12. Todos os procedimentos e coberturas previstos e regulamentados pela Lei 9.656/98, o rol de procedimentos atual da ANS (RN-465/2021), bem como suas eventuais atualizações que resultem em inclusão de novos procedimentos, deverão ser automaticamente incorporadas à cobertura da operadora.

a) Havendo remoção de procedimentos ou coberturas pelos mesmos instrumentos legais citados acima, estes poderão ser excluídos da cobertura da operadora mediante comunicação prévia ao CRECI/MS, com as respectivas justificativas legais.

4.13. A cobertura dos serviços deverá ser de abrangência regional. Nas localidades onde não haja atendimento médico, hospitalar ou laboratorial credenciado, o usuário do plano terá direito a se utilizar de consultas e/ou procedimentos médicos e hospitalares necessários por qualquer profissional ou hospital local, sendo reembolsado posteriormente pela operadora, conforme prevê a RN 259/11 da ANS.

a) Mediante a comprovação da despesa efetiva, assim considerado o documento fiscal ou o recibo contendo a descrição do serviço e o valor pago, o reembolso será realizado pelo valor apresentado, cujo limite será o contido na Tabelada operadora

b) O reembolso deverá ser efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da entrega da comprovação à operadora diretamente ao titular, por intermédio de depósito bancário.

4.14. Por ocasião da suspensão da prestação dos serviços, originada na rescisão ou término da vigência contratual, a operadora estará obrigada a garantir o atendimento do usuário do plano que estiver em tratamento interno (internado) ou em outra condição que represente risco à paralisação do atendimento em andamento. Nas mesmas situações, cabe ainda à operadora providenciar a





transferência do plano a nova operadora, sem prejuízo ao CRECI/MS ou ao beneficiário.

4.15. Mensalmente a operadora deverá encaminhar ao CRECI/MS, em meio eletrônico, compatível com o aplicativo Excel, os relatórios que demonstrem as seguintes informações:

- a) Demonstrativo da sinistralidade do contrato, discriminando todas as informações de custos e receitas do período.
- b) Demonstrativo de utilizações global:
 - i) Titular e seus dependentes que utilizaram o plano;
 - ii) Data do atendimento;
 - iii) Procedimento realizado;
 - iv) Prestador de serviços;
 - v) Quantidade;
 - vi) Custo.
- c) Relatório de custos por categorias:
 - i) Consultas – quantidade e custo;
 - ii) Exames simples – quantidade e custo;
 - iii) Exames complexos – quantidade e custo;
 - iv) Terapias – quantidades e custo;
 - v) Internamentos (diárias, taxas, honorários) quantidades e custo.
- d) Relatório cadastral: cadastro por família em ordem alfabética, com data de nascimento, sexo, grau dependência, data de inclusão e plano.
- e) Outras informações relativas ao contrato e a sua execução que o CRECI/MS venha a entender necessárias, desde que formalmente comunicadas a operadora com 30 (trinta) dias de antecedência.

4.16. Os Requisitos da Contratação são:

Requisitos Legais:

4.17. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem:

- a) Constituição Federal de 1988 nos Arts. 7º a 11
- b) Lei Federal nº 14.133/2021 – Art.18 - § 1º
- c) Lei Federal nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor
- d) Legislações da Agência Nacional de Saúde (Resolução Normativa ANS nº 557/2022; Resolução Normativa ANS nº 465/2021 e alterações; Resolução





Normativa ANS nº 162/2007: Regula a Declaração de Saúde, Doenças ou Lesões Preexistentes (DLP) e Cobertura Parcial Temporária);

- e) Lei nº 9.656/1998;
- f) Resolução do CONSU n.º11/1998;
- g) Demais legislações correlatas

Requisitos da Proposta

4.5. A proposta deverá ser analisada pelos servidores indicados a Fiscal Técnico de Contrato e Fiscal Técnico Substituto de Contrato, conforme consta no Documento de Formalização de Demanda (DFD), podendo ser solicitado apoio caso se considere necessário.

Requisitos de Sustentabilidade

4.12. A contratada deverá adotar dos critérios de sustentabilidade ambiental, eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Compras e Contratações Sustentáveis, conforme orientações do art. 6º da IN nº 01, de 19 de janeiro de 2010, além de cumprir as Normas Brasileiras (NBR), publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

4.13. O Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA - visa à preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e consequente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais.

Requisitos Temporais

4.14. Os serviços devem ser prestados imediatamente após o recebimento da abertura da Ordem de Serviço (OS), emitida pela Contratante.

4.15. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

Requisitos de Segurança da Informação

4.16. Os objetos envolvidos nesta contratação devem estar de acordo com as informações contidas no Edital e seus anexos e em conformidade com a LAI nº 12.527/2011 e com a LGPD nº 13.709/202

Requisitos da Subcontratação





4.17. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, em razão da inviabilidade técnica do parcelamento do objeto, o que poderia trazer prejuízos ao todo do objeto a ser executado.

Requisitos da Garantia da Contratação

4.18. O Objeto tem natureza de Serviço Comum Continuado, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII e art. 20, da Lei Federal nº 14.133/2021;

4.19. A contratação será realizada por meio de licitação, na Modalidade Pregão, na sua Forma Eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei nº 14.133/2021;

4.20. A validade da contratação será de 5 (cinco) anos e poderá haver prorrogação por igual período, conforme o art. 106 da Lei Federal nº 14.133/21;

4.21. A contratada deverá estar regular no SICAF (com as certidões no prazo de validade) e não possuir impedimento para contratação;

4.22. Possuir regularidade perante o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) com comprovação através de certidão negativa;

4.23. Possuir certidões válidas §4º do art. 91 da Lei 14133/21;

4.24. Para habilitação, a contratada deverá cumprir ao que tange o art. 62 da Lei 14.133/21;

4.25. Atender as solicitações nos prazos estipulados em contrato;

4.26. Responder por todos os ônus referentes ao fornecimento do objeto da contratação, tais como fretes, impostos, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais e deverá apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitado pelo fiscal do contrato;

4.27. Reparar ou indenizar, dentro do prazo estipulado em contrato, todas e quaisquer avarias ou danos causados aos bens do contratante, ou de terceiros, decorrentes de ação ou omissão de seus empregados e fornecedores;

4.28. Cumprir o objeto do contrato estritamente de acordo com as normas que regulamentam o objeto da contratação;

4.29. A Contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, conforme orientações do art. 6º da IN nº 01/2010 (Compras Sustentáveis).





4.30. O Edital será divulgado nos sites: <https://www.comprasnet.gov.br>, - e ficará disponível para os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018;

4.31. Com base nas necessidades expostas no item 2, as especificações mínimas exigidas pelo setor requisitante, apegando-se as características entre as empresas, a fim de tentar ampliar ao máximo a competitividade

Requisitos da Vistoria

4.32. Não se aplica.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução:

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. O início da execução do objeto será de até 5 (cinco) dias após a assinatura do contrato.

5.1.2. Os serviços serão executados por empreitada por preço unitário, tendo em vista que depende da quantidade de beneficiários aderentes ao plano de saúde e ao plano odontológico.

5.1.3. O referido quadro apresenta apenas uma estimativa dos quantitativos de funcionários que possui o CRECI/MS.

5.1.4. Para fins de composição de custos, cabe ressaltar que a CONTRATANTE não se obriga a contratar a quantidade máxima ou mínima de itens previstos, mas apenas sob a manifestação de interesse pelos funcionários do CRECI/MS.

5.1.5. Para tratativas referentes a prestação dos serviços pode ocorrer uma reunião inicial entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA afim de esclarecimentos, instruções e encaminhamentos cabíveis.

5.2. Local e horário da prestação dos serviços:

5.2.1. O plano de assistência à saúde deverá possuir abrangência regional, compreendendo a totalidade do território do Estado de Mato Grosso do Sul, com ampla rede credenciada, especialmente nos municípios-polo do estado, e deverá ser ofertado na modalidade sem coparticipação, garantindo ao servidor livre acesso aos serviços contratados sem cobrança adicional no momento da utilização.





5.2.2. O plano de assistência odontológica, igualmente coletivo e empresarial, deverá possuir cobertura regional e contemplar a integralidade dos procedimentos previstos no rol de Procedimentos e Eventos em Saúde Odontológica da ANS, com prioridade para ações preventivas e de manutenção da saúde bucal, além de ampla rede credenciada.

5.2.3. A prestação de serviços deverá estar disponível 24 horas - 07 dias por semana.

5.3. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inc. III, da Lei nº 14.133/2021)

5.3.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.4. Procedimentos de transição e finalização do contrato:

5.4.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

5.5. Proteção de Dados:

5.5.1. A Contratada declara ter ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais a que venha ter acesso no cumprimento das obrigações contratuais;

5.5.2. As partes devem cumprir fielmente o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018.

5.5.3. É vedado o compartilhamento dos dados pessoais coletados ou repassados em razão da execução do contrato com terceiros, bem como sua utilização para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal;

5.5.4. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.





6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa durante todo o período de vigência do contrato, que deverá manter número de telefone, para o contato direto e tratativas com a CONTRATANTE.

6.8. Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Reunião Inicial

6.9. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

6.10. A reunião poderá ocorrer em até 5 dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.





6.11. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

6.11.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

6.11.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

6.11.3. Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

6.11.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

Fiscalização

6.12. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelo respectivo substituto (Lei Federal nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir:

Fiscalização Técnica

6.13. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.14. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.15. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.16. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua





competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.17. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decr. nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.18. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.19. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.21. O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.22. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).





6.23. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.24. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.25. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.26. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.27. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão do(s) serviços/fornecimento efetivamente executados e aceitos.

7.2. A nota fiscal deverá ser emitida pela CONTRATADA até o 5º dia útil do mês subsequente ao da realização dos serviços.

7.3. No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

7.4. O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de boleto bancário.

Do recebimento





7.1. Será considerado como recebimento definitivo o atestado do documento fiscal, correspondente à prestação dos serviços, a ser realizado pelo gestor da contratação. O prazo do recebimento definitivo (atestado da nota fiscal), será de 05 (cinco) dias úteis, após o aceite do documento fiscal.

7.2. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.4. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.5. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.6. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar;
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.7. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se





o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.8. A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.12. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.14. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.





7.15. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.27. O pagamento será realizado através de boleto ou ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

7.31. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.31.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.32. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.33. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido





de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.34. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e anexos).

7.35. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECIMENTO E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será por Empreitada por Preço Global.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à





verificação da autenticidade no <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU** ou sociedade identificada como **empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.11. **Sociedade cooperativa**:

Ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.13. **Habilitação fiscal, social e trabalhista**:

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN),





referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes do Estado relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.22. Qualificação Econômico-Financeira

8.22.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:





- a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- b) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;
- c) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- d) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo] de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.28. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

Qualificação Técnica

8.29. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.30. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

8.31. Alvará de localização, funcionamento e demais alvarás obrigatórios em relação ao ramo de atividade desenvolvida.





- 8.32. Anotação de responsabilidade e regularidade técnica, se houver imposição legal para a atividade desenvolvida;
- 8.33. CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas, compatível com o objeto da contratação para qual será contratada;
- 8.34. Atestado de capacidade técnica atual na área de prestação dos serviços;
- 8.35. Possuir registro na ANS com mais de 05 (cinco) anos;
- 8.36. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional (escrever por extenso, se o caso), em plena validade;
- 8.37. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido (s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.35.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 8.35.1.1. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- 8.35.1.2. Serão aceitos somente atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.
- 8.35.1.3. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- 8.35.1.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 8.35.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.





8.35.3. Prova de atendimento aos requisitos, previstos na lei 14.133/2021.

8.36. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.36.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.36.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.36.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.36.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.36.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.36.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.36.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

Rede Credenciada

8.37. A Contratada deverá dispor de ampla rede de estabelecimentos credenciados para os serviços de medicina e segurança do trabalho, com licença de operação obrigatória.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O CRECI 14ª REGIÃO/MS dispõe atualmente de um quadro com 41 vidas entre funcionários e dependentes. Assim, como o valor da contratação do plano de saúde é por faixa etária, o valor global, estimado para a presente contratação está





estimado em R\$ 481.568,64 (quatrocentos e oitenta e um mil e quinhentos e sessenta e oito reais e sessenta e quatro centavos).

9.2. O valor estimado é resultante de pesquisa de preços de contratações públicas semelhantes, realizada no sítio eletrônico www.bancodepreços.gov.br, em 21/04/2026.

9.3. A metodologia utilizada foi a Média Aritmética dos preços obtidos.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes deste objeto estão alinhadas ao Plano Anual de Contratações e Proposta Orçamentária - Nº 006, aprovado em 31 de outubro de 2025, através do ATO Nº 011/2025 - 232ª Sessão Plenária – 6ª da Gestão 2025/2027.

10.2. Os recursos para cobrir as despesas decorrentes da contratação desta licitação são oriundos do Elemento de Despesa – 6.3.1.2.01.01.005: PLANO OU SEGURO DE SAUDE MÉDICO.

Campo Grande – Mato Grosso do Sul

Documento assinado digitalmente
gov.br GUILHERME RUBENS ARCANJO HINZE
Data: 23/04/2026 17:32:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Guilherme Rubens Arcanjo Hinze
Gestor de Conformidade
Creci 14ª Região MS

